



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO-ELETRÔNICA

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS/SE

ORGÃOS PARTICIPANTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

1. OBJETO

O objeto da presente **DISPENSA ELETRÔNICA** é a escolha da proposta mais vantajosa para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, REEMBOLSO, CANCELAMENTO E CHECK-IN DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS** em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Pedrinhas, tendo como partícipe o Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

A contratação pretendida justifica-se pela necessidade de garantir a adequada gestão e operacionalização dos deslocamentos aéreos de servidores e agentes públicos vinculados à Prefeitura Municipal de Pedrinhas, ao Fundo Municipal de Saúde e ao Fundo Municipal de Assistência Social.

A realização de viagens, tanto em âmbito nacional quanto internacional, é indispensável para o cumprimento de atividades institucionais, tais como participação em capacitações, cursos, congressos, seminários, reuniões técnicas, audiências, agendas administrativas, captação de recursos, celebração e acompanhamento de convênios, bem como articulação junto a órgãos estaduais e federais.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens mostra-se essencial para assegurar maior eficiência, economicidade e controle na aquisição de passagens aéreas. Empresas do ramo dispõem de sistemas informatizados e acesso a diversas companhias aéreas, possibilitando a obtenção das melhores tarifas e rotas disponíveis, além de condições mais vantajosas para a Administração Pública.

Ademais, os serviços de emissão, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso e realização de check-in exigem conhecimento técnico específico e acompanhamento contínuo, especialmente diante das constantes alterações de voos, regras tarifárias e políticas das companhias aéreas. A centralização desses serviços em empresa especializada reduz falhas operacionais, evita prejuízos financeiros e garante maior agilidade no atendimento das demandas, inclusive em situações urgentes.

Ressalta-se, ainda, que a contratação contribui para a padronização dos procedimentos administrativos, melhoria no planejamento das viagens oficiais, maior transparência na aplicação dos recursos públicos e otimização das rotinas internas, permitindo que os setores demandantes foquem em suas atividades finalísticas.

3. ESPECIFICAÇÕES/DESCRIÇÕES DO OBJETO

3.1. Especificações Técnicas:

3.1.1. Na tabela abaixo demonstra valor fixo, pois é o valor orçado pela administração para fazer face aos repasses dos bilhetes e demais taxas. Ele não será objeto de proposta e não deverá, portanto, ser alterado em nenhuma perspectiva.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VL. TOTAL/ GABINETE DA PREFEITA	VL. TOTAL/ FUNDO MUN. ASSIST.	VL. TOTAL/ FUNDO MUN. SAÚDE
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE	R\$ 40.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 8000,00



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO, REEMBOLSO, CANCELAMENTO E CHECK-IN DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS			
--	--	--	--

3.1.2. O custo estimado com emissão de passagens aéreas é de R\$ 62.000,00 (sessenta mil reais).

3.2. As características apresentadas abaixo são mínimas e de atendimento obrigatório e comporá o objeto da proposta do licitante

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	
01	Agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, nos termos da Instrução Normativa SLTI nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, incluindo reserva, bem como quaisquer outras providências necessárias ao regular e adequado cumprimento das obrigações decorrentes da respectiva contratação.	
Quantidade <i>estimada</i> de passagens (ida, estadia e volta) + 10% (remarcações e cancelamentos)	VALOR UNITÁRIO ADMITIDO POR SERVIÇO DE AGENCIAMENTO	VALOR ESTIMADO DE GASTOS COM TAXAS DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO PASSAGENS ÁEREAS: <u>37 PASSAGENS</u>
PMP 24 FMS 5 FMAS 8	R\$ 79,60	R\$ 2.945,20

3.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

PÇA HERIBALDO ALVES DE GOES, 08 - CENTRO - PEDRINHAS
CEP. 49.350-000
CNPJ. 13.098.736/0001-96



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

3.4. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses, contados do(a) assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por igual período com base no artigo 106 e 107 da lei 14.133/21.

3.5. Considerando o valor estimado com passagens aéreas disponível no total de **R\$ 64.945,20** (sessenta e quatro mil novecentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos).

3.6. Justificativa da Contratação

A presente contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de emissão, marcação, remarcação, reembolso, cancelamento e check-in de passagens aéreas nacionais e internacionais, justifica-se pela necessidade de garantir suporte logístico adequado à execução das atividades institucionais desenvolvidas pela Administração Pública, assegurando a continuidade, eficiência e regularidade dos serviços administrativos e finalísticos.

A contratação visa atender às demandas de deslocamento de servidores, colaboradores e representantes institucionais para participação em reuniões técnicas, capacitações, congressos, seminários, fiscalizações, inspeções, diligências administrativas, eventos oficiais e demais atividades de interesse público, tanto no âmbito do Estado de Sergipe quanto em outras unidades da federação e no exterior, quando necessário ao desempenho das atribuições institucionais.

A utilização do transporte aéreo mostra-se imprescindível em situações que demandem maior celeridade, segurança e eficiência nos deslocamentos, proporcionando redução do tempo de viagem, otimização da jornada de trabalho dos agentes públicos e mitigação de prejuízos operacionais decorrentes de deslocamentos terrestres prolongados, especialmente em compromissos de caráter urgente ou estratégico para a Administração.

A contratação de empresa especializada no agenciamento de viagens possibilita, ainda, maior controle operacional e administrativo dos deslocamentos institucionais, proporcionando suporte técnico especializado, acompanhamento das reservas, gestão de alterações de voos, remarcações, cancelamentos, reembolsos e demais procedimentos correlatos, garantindo maior eficiência na gestão das viagens oficiais e racionalização dos gastos públicos.

A presente demanda encontra respaldo nos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade, os quais impõem à Administração o dever de adotar medidas que assegurem a adequada prestação dos serviços públicos e a busca pela proposta mais vantajosa.

A contratação também observa as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

- art. 5º, que estabelece os princípios aplicáveis às contratações públicas, dentre eles os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, interesse público, transparência e segregação de funções;
- art. 11, que dispõe que o processo licitatório tem por objetivos assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- art. 18, que prevê a necessidade de planejamento da contratação, mediante demonstração da necessidade da demanda e da solução mais adequada para atendimento do interesse público;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

- art. 6º, inciso XXIII, que trata da definição do termo de referência como documento necessário à caracterização do objeto e à justificativa da contratação.

Além disso, a contratação encontra amparo nos princípios da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público, considerando a necessidade permanente de deslocamentos institucionais para atendimento das demandas administrativas e operacionais da Administração.

Ressalta-se que os serviços serão executados conforme demanda previamente autorizada pela autoridade competente, observando-se a disponibilidade orçamentária, os critérios de conveniência e oportunidade administrativa, bem como os princípios da razoabilidade, motivação, eficiência e interesse público, em conformidade com a legislação vigente e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. O serviço deverá ser disponibilizado conforme segue:

4.2. Para a emissão de bilhetes de passagem, o processo deverá ser composto por etapas de comunicação entre o Município de Pedrinhas e a CONTRATADA, que poderão ocorrer por e-mail, telefone, aplicativo whatsapp ou por sistema específico disponibilizado pela CONTRATADA, envolvendo a cotação de preços, a avaliação das opções cotadas, a escolha da melhor opção com a consequente expedição da requisição de passagem aérea e a emissão do bilhete.

4.3. O Município de Pedrinhas, diante da necessidade de emissão de um bilhete de passagem, solicitará uma cotação à CONTRATANTE, informando data e trechos desejados, que deverá no prazo de 3hrs da solicitação apresentar a cotação;

4.4. Após análise dos itinerários das passagens (horário, dia: ida e volta) o Município solicitará a reserva das passagens escolhidas, onde fará constar todos os dados do voo e do passageiro e as demais informações pertinentes a cada caso;

4.5. A CONTRATADA enviará a reserva com os dados do voo, conforme o caso, do passageiro, as tarifas detalhadas da composição do valor total da passagem e o prazo para emissão do bilhete; após a análise da reserva, a opção escolhida será formalizada mediante a expedição de requisição;

4.6. A CONTRATADA emitirá o bilhete da passagem e o disponibilizará ao Município em até 4 (quatro) horas;

4.7. Os prazos mencionados acima poderão ser reduzidos caso haja urgência e necessidade;

4.8. Excepcionalmente, dependendo da necessidade, as solicitações poderão ser feitas inclusive aos finais de semana e/ou feriados.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)

- 5.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 5.2.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 5.3.** Ser responsável por todos os itens que contemplam a prestação dos serviços e deve manter, em caráter permanente e de forma ininterrupta, Central de Atendimento, por mensagem, e-mail e/ou telefone, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados.
- 5.4.** Possuir sistema integrado às companhias aéreas para cotação, reserva, emissão, alteração e cancelamento de bilhetes de passagem aérea.
- 5.5.** Operar com as principais companhias aéreas que atuam regularmente nos mercados doméstico nacional, regional.
- 5.6.** O serviço a ser fornecido, objeto da licitação, deverá ter de padrão de qualidade satisfatório, devendo estar inclusas todas as despesas trabalhistas, fiscais ou de qualquer outra natureza no valor licitado.
- 5.7.** Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta Dispensa de licitação.

6. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 6.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.2. A prestação de serviço continuado de agenciamento de viagens, compreende a emissão, remarcação e cancelamento de PASSAGENS AÉREAS nacionais e internacionais, visando atender às necessidades do Ministério das Comunicações, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

7.3. As passagens serão requisitadas de acordo com as necessidades das seções que formalizarão suas demandas, mediante o envio da Nota de Empenho correspondente;

7.4. A empresa vencedora deve disponibilizar as seguintes facilidades, via agenciamento, no SCDP:

7.4.1.1. Reserva automatizada, “on-line”;

7.4.1.2. Emissão de bilhetes automatizados, “on-line”;

7.4.1.3. Alteração/remarcação de bilhetes;

7.4.1.4 Combinação de tarifa.

7.4.1.5. Consulta e informação de melhor rota ou percurso, “on-line”;

7.4.1.6. Consulta e frequência de voos, “on-line”; e

7.4.1.7. Consulta à menor tarifa disponível, “on-line”.

7.5. Caso o SCDP, por motivo de força maior, esteja inoperante, as facilidades que são realizados por meio deste sistema, deverão ser realizadas por meio de sistema próprio da contratada.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)
--

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

8.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
--

PÇA HERIBALDO ALVES DE GOES, 08 - CENTRO - PEDRINHAS
CEP. 49.350-000
CNPJ. 13.098.736/0001-96



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

9.1. De acordo com as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

9.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por

PÇA HERIBALDO ALVES DE GOES, 08 - CENTRO - PEDRINHAS

CEP. 49.350-000

CNPJ. 13.098.736/0001-96



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

9.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

9.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO NA FORMA ELETRÔNICA, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II (conforme o caso).

10.2. A Dispensa de licitação deverá ser realizada em lote único, conforme tabela acima, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

10.3. O julgamento das propostas se dará pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, devendo ser considerada vencedora a licitante que ofertar o menor preço sobre o valor sobre a taxa de remuneração da Agência de Viagens (RAV) para a prestação dos serviços.

10.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

10.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação a proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo igual ou superior aos valores definidos e especificados na tabela de itens do Termo de Referência

10.3.3. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

10.4. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

10.5. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos.

10.6. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

10.6.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.6.2. Será necessário ter Certificado de Registro concedido pelo Ministério do Turismo, conforme previsto no art. 22, da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e no art. 18 do Decreto nº 7.381/2010.

10.6.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.6.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.7. Os critérios de habilitação jurídica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

10.7.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.7.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.7.3. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

PÇA HERIBALDO ALVES DE GOES, 08 - CENTRO - PEDRINHAS
CEP. 49.350-000
CNPJ. 13.098.736/0001-96



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

10.7.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

10.7.5. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.7.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR)

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

11.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

11.2. A unidade de medida dos serviços contratados será a prestação do serviço de gestão digital por meio da disponibilização de equipamentos de scanner, manutenção dos equipamentos e locação de sistema de gestão eletrônica de documentos (GED), conforme descrição detalhada neste termo de referência.

11.3. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

11.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

12. FORMA DE PAGAMENTO

Liquidação

12.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

12.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.5. A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.6. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

12.10. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

12.11. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.13.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário

PÇA HERIBALDO ALVES DE GOES, 08 - CENTRO - PEDRINHAS

CEP. 49.350-000

CNPJ. 13.098.736/0001-96



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13.2. Será retida uma taxa administrativa de contratos referente ao fornecimento de produtos ou serviços com a alíquota **de 2,0% (dois por cento)** aos contratos, valor efetivo, incidindo na fonte sobre os pagamentos a partir do primeiro mês de execução conforme art. 7º, inciso II, da Lei Municipal nº149/2015, de 15 de junho de 2015.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado da contratação de serviço de passagens aéreas é de R\$ 64.945,20 (sessenta e quatro mil novecentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos).

Considerando os termos do **Art. 23, §1º, inciso I, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.**

Foi realizado o levantamento de mercado visando buscar a melhor solução para o problema existente, sendo estudados processos de contratações semelhantes feitas por este e outros órgãos na região, por meio de consultas através de cotações no mercado regional, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

14. DAS OBRIGAÇÕES:

14.1. DA CONTRATANTE

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja corrigido ou reparado.

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.2. DA CONTRATADA

Manter, durante toda a vigência do termo de contrato ou ata de registro de preços, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem a mesma, sob pena de sua rescisão ou cancelamento do registro de preços e, aplicação das penalidades ora previstas.

14.2.1. prestar o serviço de acordo com especificação deste termo.

14.2.2. Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito serviço, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao Município;

14.2.3. Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes do serviço, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer ao Município comprovante de quitação com os órgãos competentes;

14.2.4. Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas durante o serviço;

14.2.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município;

14.2.6. Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros termos de autorização que se façam necessários a execução do serviço;

14.2.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto firmado com o Município, sem previa e expressa anuência.

14.2.8. Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem previa e expressa anuência do Município.

14.2.9. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE.

O fornecedor registrado deverá ainda:

Retirar (emitir) as licenças necessárias para prestação do serviço que se façam necessários;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

Reservar, marcar, remarcar e emitir, mediante a apresentação da “Requisição de Fornecimento de Passagem Aérea – RPA” própria, bilhetes (E-Tickets e/ou manuais) e ordens de passagens (PREPAID TICKET ADVICE – PTA) nacionais ou internacionais, de qualquer companhia aérea que atenda aos trechos e horários solicitados, dirigindo-se ao aeroporto quando o sistema da companhia desejada estiver fora do ar e houver urgência no prazo de envio/entrega dos bilhetes;

Somente emitir bilhetes fora das condições acima, com a previa autorização do Contratante, ou com a comprovação da Companhia Aérea da inexistência de vaga no voo em melhores condições para a Contratante;

Comunicar a impossibilidade de atendimento da solicitação nos termos da Requisição de Fornecimento própria, informando ainda as possibilidades de fornecimento em condições diferentes;

Repassar a Contratante todos os descontos oferecidos pelas transportadoras aéreas, inclusive as tarifas promocionais, quando atendidas as condições estabelecidas para os descontos para essas tarifas, sem prejuízo dos descontos fixos;

Aplicar a taxa de agenciamento em todas as passagens;

Fornecer os bilhetes de passagens, após requisição da Contratante, cuja cópia, deverá ser apresentada junto as respectivas Notas Fiscais/Faturas, para efeito de pagamento;

Reembolsar a Contratante as passagens não utilizadas, devido a mudança de planos, em atenção a necessidade dos serviços, ou reemitir outras de igual valor, para outros trechos e servidores;

Repassar para a Contratante as eventuais taxas cobradas a Contratada pela Companhia Aérea, em virtude do cancelamento dos bilhetes, desde que regularmente autorizado pelas normas e instruções do Departamento de Aviação Civil;

Comprovar a cobrança mencionada no item anterior, através de comunicado enviado a Contratante;

Entregar os bilhetes a Contratante, no prazo estabelecido;

Providenciar, sempre que solicitado, sem ônus para o Contratante, reserva de hotéis e de veículos para locação e com ônus para o Contratante, livre dos descontos fixos, despesas decorrentes de traslados e excesso de bagagens, desde que autorizadas e justificadas pela Administração;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS

Fornecer a Contratante, sem ônus, a tabela de preços das empresas aéreas, para passagens nacionais, no início dos serviços, e sempre que houver alteração nos preços das passagens, bem como, quando solicitada, deverá informar sobre os preços das passagens internacionais; Obter, quando solicitado, emissão de Passaporte e Vistos Consulares; Serão de inteira responsabilidade da Contratada, despesas como: taxas, impostos, custos administrativos, impressão de bilhetes e outras inerentes a execução dos serviços.

14.3. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

O Licitante, durante a validade do registro, compromete-se a:

- I- Cumprir rigorosamente a programação dos serviços que serão prestados ao Município;
- II- Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem ao presente Contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas;
- III- Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito serviço, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à Contratante;
- IV- Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do Contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à Contratante comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- V- Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;
- VI- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Secretaria ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- VII- Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato;
- VIII- Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado;



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

IX- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência;

X- Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

A Contratante, durante a vigência contratual, compromete-se a:

- a) Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados;
- b) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021;
- c) Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/2021)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município para o exercício de 2026.

16. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

16.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência inicial de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme facultado pelo art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja prévia manifestação de interesse da Administração e comprovação de que os preços registrados permanecem vantajosos em relação aos praticados no mercado.

16.2. Além da prorrogação do prazo de validade, a Administração poderá promover a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, nos termos do art. 15, inciso IX, do Decreto Federal nº 11.462/2023, o que permite a utilização integral da capacidade de fornecimento pactuada para o novo período de vigência. Esta renovação do saldo não se confunde com os limites de acréscimos e supressões contratuais, tratando-se, em verdade, de uma recomposição do potencial de consumo da ata para atender às necessidades contínuas ou remanescentes do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, pois o intuito da norma é conferir celeridade e evitar o desabastecimento de itens essenciais.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS**

16.3. Para que a renovação quantitativa e temporal se efetive, a unidade competente deverá instruir o processo com a devida justificativa técnica, além de demonstrar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor e a anuência deste com a continuidade do ajuste, uma vez que a prorrogação é uma faculdade da Administração, mas depende da concordância do beneficiário do registro. Caso ocorra a renovação, os novos quantitativos estarão disponíveis para utilização imediata a partir do início do novo ciclo de vigência, observando-se sempre a disponibilidade orçamentária e o planejamento contido no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que fundamentaram a contratação original.

17. ALINHAMENTO AO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA)
--

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.

Pedrinhas/SE, 05 de maio de 2026.

LAURA TEREZA DE SOUZA
Secretária Municipal de Planejamento